

RESENHA de “*O Genocídio do Negro do Brasil*” de Abdias Nascimento.

Arthur Pereira Chagas¹

Antes de iniciar falar da obra “O Genocídio do Negro Brasileiro” de Abdias Nascimento é importante fazer uma breve contextualização de quem foi esse autor importante na perspectiva pan-africanista. Nascido em Franca, cidade do estado de São Paulo em 1914, vindo de família humilde, inclusive teve que trabalhar muito cedo, em 1938 formou-se em Economia pela Universidade do Rio de Janeiro, em 1957 fez uma pós-graduação no ISEB. No início de sua trajetória surpreendentemente fez parte do Movimento Integralista Brasileiro que nada mais era que o movimento fascista verde e amarelo, como era um economista estudava sobre como as classes dominantes brancas viam os negros dentro da sociedade, com o passar do tempo percebeu o racismo intrínseco dos fascistas brasileiros e assim deixa o movimento. Foi bastante atuante no movimento negro lutando pelo fim da discriminação racial. Estava entre os autores que trabalhavam sobre a sociologia sobre os negros e era crítico aos posicionamentos que degradavam a comunidade negra brasileira presente em Gilberto Freyre e Oliveira Viana. Nos anos de 1960 tem uma guinada para o pensamento de esquerda, identificado com o trabalhismo, ligado ao PTB, e ainda tinha participações no Movimento Negro, o principal influenciador intelectual de Abdias era Guerreiro Ramos. A sua obra é produto de trabalho científico e também da militância dentro do Movimento Negro que é central na trajetória do autor, até que em 1978 é publicada pela primeira vez “O Genocídio do Negro do Brasil” que se trata de uma obra muito importante para pensar no negro na sociedade brasileira.

“Quanto a mim, considero-me parte da matéria investigada. somente da minha própria experiência e situação no grupo étnico-cultural a que pertencço interagindo no contexto global da sociedade brasileira, é que posso surpreender a realidade que condiciona o meu ser e o define. Situação que me envolve qual um cinturão histórico de onde não posso escapar conscientemente sem praticar a mentira, a traição, ou a distorção da minha personalidade.”(NASCIMENTO,1978. p.41.)

Logo na introdução o autor toca neste ponto que é muito importante, ele é um autor negro, trabalhando e mostrando como é a na sua concepção as formas como o negro é visto dentro da sociedade brasileira, os negros não eram para ele o problema do país como apontava outros autores, mas sim o racismo e a dominação das elites brancas sobre a população negra que criava condições de desigualdade social entre a diversificada população etnicamente falando. Para entender isso faz uma retomada no processo histórico desde a chegada dos negros no Brasil por volta de 1535, logo na chegada dos portugueses trouxeram homens e mulheres para serem trabalhadores escravizados e passarem pelas situações das mais degradantes possíveis, além dessa brutal exploração e assolopar as liberdades desses africanos, ainda criou-se as teorias racistas que colocavam os negros e indígenas como raças que eram inferiores aos brancos. É de chamar atenção o esforço de Rui Barbosa em mandar queimar toda a documentação sobre a escravidão brasileira, como se isso fosse apagar a brutalidade e falta de humanização que fizeram o povo negro padecer nas mãos da elites brancas brasileiras.

¹ Graduando em História (PUCG/UFF); e-mail: arthurpereirachagas@id.uff.br.

“A consciência do mundo guarda bem viva a lembrança do colonialista Portugal encobrendo sua natureza racista e espoliadora através de estratagemas como a designação de "Províncias de Ultramar" para Angola, Moçambique e Guiné-Bissau; como as leis do chamado indigenato, proscurendo, entre outras indignidades, a assimilação das populações africanas à cultura e identidade portuguesas. Essa rabelice colonizadora pretendia imprimir o selo de legalidade, benevolência e generosidade civilizadora à sua atuação no território africano. Porém todas essas e outras dissimulações oficiais não dissimularam a realidade, que consistia no saque de terras e povos, e na repressão e negação de suas culturas -ambos sustentados e realizados, não pelo artifício jurídico, mas sim pela força militar imperialista.”(NASCIMENTO,1978. p. 50)

Neste trecho ele deixa claro sua posição de não compactuar com interpretações que tentam positivar a escravidão como se fosse algo que trouxesse “civilidade” também se coloca contra as versões que dizem os portugueses apenas compravam os africanos, quando na verdade para esse processo exploratório era utilizado também a força militar, a violência e os maus tratos eram tamanhos que por vezes eles morriam antes mesmo de chegar nas terras brasileira e eram jogados ao mar, então existe espaço para tentar a violência usada no sistema de modo de produção escravista. Quanto a isso o autor se opõe ao mito de “democracia racial” de Gilberto Freyre, que propunha o Brasil como um país sem conflito de raças, para além disso, tentava mostrar a todo momento uma “escravidão branda” na qual os escravizados viviam em harmonia com os senhores:

“Há ainda outra lenda justificadora da tese da ‘democracia racial’ no Brasil:ela se localiza na mistificação da sobrevivência cultural africana. Este fundamental argumento se reveste de grave perigo pois seu apelo tem sido sedutor, e capaz de captar amplo e entusiástico suporte. Postula o mito que a sobrevivência de traços da cultura africana na sociedade brasileira teria sido resultado de relações relaxadas e amigáveis entre senhores e servos.”(NASCIMENTO, 1978. p.55)

Essa crítica aos autores da década de 1930, principalmente a Freyre, no sentido de que ele tenta apaziguar uma relação que era pautada na violência é muito importante, os africanos escravizados quando conseguiam chegar até o Brasil e viviam nas senzalas realizando trabalhos sub humanos viviam com o medo de serem espancados e maltratados com uso da chibata, uma relação na qual um dos indivíduos vive em constante medo e fazendo as vontades do outro para não sofrer fisicamente, é tudo menos uma relação harmoniosa como demonstra Abdias, se fosse de fato tão harmoniosa por que teria acontecidos as seguidas tentativas de fuga, as revoltas dos escravizados, os quilombos, e até mesmo em última instância em alguns casos essas pessoas preferiam o suicídio a viver como "máquinas" de trabalho forçado gerando uma super-exploração e sofrimento desumano dessas pessoas, “Este tipo de pensamento racionalização constitui um modelo de ideologia das classes governantes tentando o impossível: provar a ausência do racismo na sociedade escrava”(NASCIMENTO, 1978. p. 55) havia como existe hoje a tentativa de tirar a questão racial da escravidão mercantil, na América Latina que em suma utilizou mão de

obra de africanos que foram arrastados a força de seu continente, e aqui foram inferiorizados como se fossem menos humanos, menos capazes, do que os brancos.

“O Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra, não só durante a escravidão. Ainda nos dias de hoje, a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de status social, e total desamparo, continua a vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco. Es e fato foi corajosa e publicamente denunciado no Manifesto das Mulheres Negras, apresentado ao Congresso das Mulheres Brasileiras realizado na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, em 2 de Julho de 1975.”(NASCIMENTO, 1978. p.61)

Aqui á uma nova discordância de Abdias Nascimento em relação a Gilberto Freyre, que colocava a relação entre brancos\senhores e escravizadas negras se davam a partir de uma relação de amor, afetuosa e consensual, não era o que ocorria como demonstra o autor, a mulher negra escravizada sofreu muito durante o período com violência sexual de seus senhores, que as forçavam a ter relações sexuais, e elas temendo a chibata e até mesmo a própria vida não podiam resistir, mais uma vez, não foi uma relação harmoniosa, mas sim houve uma exploração autoritária que tinha como principal base o uso de violência para manter a posição de poder “[...] a mulher negra continuou relegada a sua função original, ou seja, o trabalho compulsório. Exploração econômica e lucro definem, ainda outra vez o seu papel social.”(NASCIMENTO, 1978. p.62)

Toda essa exploração de negros e negras durante cerca de 300 anos de escravidão no Brasil, não iria sumir com um passo de mágica com a Lei Áurea, a “liberdade” não os liberaria de todo preconceito e estigma que a sociedade colocaria nos negros, por essa razão o racismo no Brasil é estrutural, tem suas raízes na escravidão e o racismo que até hoje se mantém e isso é interesse das elites brancas para se manterem como hegemônica e manterem seus privilégios que foram criados durante todo esse tempo de formação do Brasil.

As feridas da discriminação racial se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade social do país. A ideologia oficial ostensivamente apóia a discriminação econômica para citar um exemplo por motivo de raça. Até 1950, a discriminação em empregos era uma prática corrente, sancionada pela lei consuetudinária. Em geral os anúncios procurando empregados se publicavam com a explícita advertência: "não se aceitam pessoas de cor." Mesmo após a lei Afonso Arinos, de 1951, proibindo categoricamente a discriminação racial, tudo continuou na mesma. Trata-se de uma lei que não é cumprida nem executada.(NASCIMENTO, 1978. p. 82)

Sobre a Lei Afonso Arinos é necessária uma reflexão, apesar de “proibir o racismo” não resolvia o problema de fato, numa sociedade marcada pela escravidão, e as idéias de brancos europeus que os negros eram inferiores, era muito complicado contornar essa situação só através da legislação, até por que não iria haver esforço das autoridades por uma fiscalização que iria impedir, muito pelo contrário até mesmo as forças policiais do Estado são em suma como a sociedade em que vivem, racistas, e usam da força desde sempre contra as comunidades negras que por vezes não haviam feito nada para serem atacados. Isso tudo apesar de que desde os anos de 1950 o Brasil já era o segundo país do mundo com a maior população negra no mundo, porém em

direitos civis e em privilégios se configuram numa minoria no país, sofrem todos os dias com o racismo e as perseguições derivadas dele. Outro ponto importante a ser ressaltado no livro é que o discurso que não havia conflito racial no Brasil também tomou ares internacionais, uma vez que o líder das Nações Unidas discursou falando sobre o regime de *apartheid* na África do Sul em 1968, dizendo que deveriam tomar o Brasil como exemplo onde todas as raças eram vivas e viviam em completa harmonia, o que é sabido que não é uma verdade, muito longe disso.

Os afro-brasileiros que eram “libertos” por seus senhores por muitas vezes o foram por que não tinham mais utilidade como mão de obra escrava, uma vez que geralmente eram pessoas entre 50 e 60 anos que passaram a vida toda se alimentando mal e sofrendo muito com violência, horas extenuantes de trabalho sem parar, os levavam para um fim de vida sem força e acabavam virando moradores de rua por não terem condições físicas de continuarem a ser explorados.

“Depois de sete anos de trabalho, o velho, o doente, o aleijado, o mutilado, aqueles que sobreviveram aos horrores da escravidão e não podiam continuar mantendo satisfatória capacidade produtiva - eram atirados á rua, á sua própria sorte, qual lixo humano indesejável: estes eram chamados de ‘africanos-livres’.”(NASCIMENTO, 1978. p. 65)

O racismo no Brasil não é desde esse período tão escancarado como o estadunidense ou sul-africano que eram até mesmo parte da legislação, porém isso não faz do racismo brasileiro menos grave, apenas possui especificidades diferentes dos outros países mas é tão negativo quanto.

“Devemos compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o *apartheid* da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país.”(NASCIMENTO, 1978, p. 93)

Abdias traz consigo ótimas observações também quanto a religião africana no Brasil, na qual outros estudos deixavam transparecer a imagem de que a religião e a cultura africana foi mantida no Brasil, por sermos desde os primórdios um país que preza pela liberdade religiosa seja quaisquer que fosse, seriam tão harmonioso que a cultura africana iria continuar de forma livre, o que é uma mentira, a religião e a cultura persistiram átraves de muita luta, houve muito sangue derramado e o esforço para acabar com as culturas dos povos que foram pra cá arrastados, para que assim se mantivesse a hegemonia da elite branca que controla o país.

“Sempre que vemos estudado o tema das culturas africanas no Brasil, a impressão emanada de tais estudos é de que essas culturas existem porque receberam franquias e consideração num país livre de preconceito étnico e cultural. A verdade é histórica, porém, é bem oposta. Não é exagero afirmar-se que desde os inícios da colonização, as culturas africanas, chegadas nos navios negreiros, foram mantidas num verdadeiro estado de sítio. Há um indiscutível caráter mais ou menos violento nas formas, 4 às vezes sutis, da agressão espiritual a que era submetida a população africana, a começar pelo batismo ao qual o escravo estava sujeito nos portos africanos de embarque ou nos portos brasileiros de desembarque.”(NASCIMENTO, 1978. p. 101)

No mesmo sentido ainda sobre este sincretismo religioso, nenhum pouco harmonioso, mas sim forçado o autor insiste em:

“Somente na base flagrantemente violenta de imposição forçada poderia ter sucesso o sincretismo das religiões africanas com o catolicismo. Isto foi o que realmente aconteceu, e os testemunhos documentando este fato são muitos. Para manter uma completa submissão do africano o sistema escravista necessitava acorrentar não apenas o corpo físico do escravo, mas acorrentar também seu espírito. Para atingir este objetivo se batizava compulsoriamente o escravo, e a Igreja Católica exercia sua catequese e proselitismo à sombra do poder armado.”(NASCIMENTO, 1978. p. 109)

Foram forçados a cultuar Deuses que não faziam parte da realidade deles e por essa razão fizeram algumas adaptações em suas religiões, para poderem estar ligado ao sagrado que acreditam de alguma, que ainda assim sofreram também muita violência, apenas por acreditar em religiões e representações que eram muito diferentes das que os brancos portugueses detinham. Então não houve um sincretismo religioso natural e harmônico em que as religiões simplesmente se misturavam. A crença das elites brancas dominantes, se sobrepujam através do uso de força.

“Mas essa incapacidade de aniquila definitivamente a vitalidade cultural africana que se expandiu por vários setores da vida nacional não pode ser interpretados como concessões, respeito ou reconhecimento por parte da sociedade dominante. Entre os instrumentos usados pelo poder escravizador está a Igreja Católica que, absolutamente, não é responsável pela persistência das religiões de origem africana na chamada América Latina: Haiti. Cuba e Brasil, entre outros.”(NASCIMENTO, 1978, p.101)

Como já dito antes todo esse movimento foi construído através de violência, usavam a coerção para controlar não só o trabalho das pessoas negras, como também se esforçavam para modificar a sua cultura, sua religião, enfim tentavam a todo custo introduzir o que acreditavam que era mais positivo para dentro desses povos. Partindo para a parte final desta resenha, é importante ressaltar que o pensamento de Abdias Nascimento é fundamental para entender todo o processo histórico dos negros no Brasil, entender até mesmo o racismo que é estrutural e se mantém até hoje e possui as suas raízes mais profundas na escravidão mercantil, acredito que se trata de uma obra obrigatória para todos os historiadores, mas também para todo cidadão brasileiro que busca ter consciência contra esse câncer que foi criado por homens para serem usados contra outros homens que é o racismo.

Referência Bibliográfica:

NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do Negro no Brasil*. Editora Paz e Terra S/A. Rua André Cavalcanti, 86, Fátima. Rio de Janeiro. 1978.